

Joaquim António da Silva Cordeiro, **A Crise em Seus Aspectos Morais**, (1.ª ed., Lisboa, 1896), estudo introdutório, organização e notas de Sérgio Campos de Matos, Lisboa, Edições Cosmos/Centro de História da Universidade de Lisboa, 1999 (2.ª ed.), 244 páginas.

Acaba de ser muito oportunamente reeditado, competentemente introduzido, organizado e anotado por Sérgio Campos de Matos, o clássico de Silva Cordeiro até aqui injustamente desprezado. Na introdução somos informados sobre a atribulada biografia do autor, o seu percurso político e a sua trajectória intelectual, tributária das germinações científicas e filosóficas que revolucionaram a ciência europeia no século XIX.

O livro de Silva Cordeiro, evadido do optimismo cientista então em voga, pretende fazer um «balanço moral dos últimos vinte anos» (1875-1895). Poderia não passar de uma antiquada especulação moralizante ou moralista, filosófica ou pseudofilosófica sobre a degenerescência da raça portuguesa e a decadência da sua história. É certo que este registo também está presente. Mas os caminhos do inquérito sobre as razões dessa degenerescência, ditados pela agenda positivista, deram em resultado um conjunto de informações históricas de grande interesse e valor para o estudioso contemporâneo.

Com efeito, *A Crise em Seus Aspectos Morais* revela-se, no entender do seu autor, pelo exame das «doutrinas», dos «factos» e da «educação» presentes à época em que viveu e

escreveu. As doutrinas são obra de «escritores», nascida do confronto destes com certos «factos» ou «fenómenos» que ora os inspiram ora os provocam a reagir. Entre estes avultam precisamente as «crises económicas», que são os fenómenos cujo estudo, «árido como toda a aritmética social», nos habilita melhor do que os fenómenos políticos a compreender a «crise moral»; isto porque as crises económicas revelam uma das mais perenes «antíteses» inscritas na «natureza humana», a saber, a que opõe a moral aos interesses. Aos fenómenos económicos e financeiros é dedicada mais de metade da obra. Depois, faltando uma «instrução cívica e prática largamente difundida», faltam também os meios de educar a opinião pública e, por conseguinte, de gerar um «princípio coesivo» da nação que substitua eficazmente as «antigas molas da alma colectiva». Assim, a consideração das pedagogias disponíveis, a apreciação do ensino primário e a crítica dos «vícios capitais do ensino secundário» completam o quadro adequado a um diagnóstico certo das causas do «marasmo da consciência colectiva» portuguesa. Finalmente, avalia-se o mérito das «doutrinas», campo em que, para além de dois capítulos sobre Alexandre Herculano e Teófilo Braga, merece justificado destaque um longo e instrutivo ensaio sobre «Oliveira Martins e o germanismo na política».

É preciso que se diga que o livro não possui unidade temática, pois não chega para lha conferir o anunciado propósito de proceder a um balanço moral da sociedade portugue-

sa durante o último quartel do século passado. São demasiado heterogéneos os três «factores» que para isso o autor entendeu dever «distinguir e comparar» — «as doutrinas, os factos e a educação». De modo que, tal como de resto S. C. M. escreve na introdução, cada um dos oito capítulos pode ser lido como um ensaio autónomo. No nono, que serve de conclusão, vêm «condensadas» as «ilações» que se podem tirar da excursão empreendida por tão variadas matérias e que simultaneamente permitem ao autor «extrair a fórmula» de uma «biblioteca» em cinco volumes que ele projectou (mas nunca realizou) para lançar as bases de um «sistema racional de educação». Isto porque, sem prejuízo de fundas reformas nos domínios administrativo, económico, agrícola, industrial e colonial, do que mais se carece é de «um regime de educação» apropriado a «despertar iniciativas e a coordenar energias numa raça amolecida por três séculos de Inquisição e de monarquismo».

MARIA DE FÁTIMA BONIFÁCIO

*Didier Lahon, O Negro no Coração do Império. Uma Memória a Resgatar, Séculos XV-XIX*, Ministério da Educação, Lisboa, 1999, 103 páginas, ilustrações.

800 Escrito em estilo simples, o pequeno livro de Didier Lahon está

estruturado quase como um manual escolar, ou como um texto jornalístico, com certos parágrafos a surgirem destacados do corpo do texto. Não constitui propriamente uma análise sistemática sobre a presença dos africanos no Portugal dos séculos xv a xix, mas antes — ou sobretudo — um conjunto de referências, curiosidades e transcrições documentais que, quando tomadas no seu todo, possibilitam uma visão de relance sobre a escravidão do negro na metrópole portuguesa. Como o próprio autor nos diz, «mais do que a análise propriamente dita, que todavia não será negligenciada, privilegiaremos os factos, deixando ao leitor o cuidado de extrair por si mesmo as lições do texto» (p. 21). Claro que uma opção deste género está longe de ser asséptica e suscita sempre uma reserva de fundo: porquê certos factos e não outros? Contudo, importa dizer que Lahon procurou escapar às armadilhas de uma factualidade selectiva demasiado unilateral e, no geral, fê-lo com sucesso.

O texto está dividido em quatro capítulos, enquadrados por uma introdução e uma breve conclusão. Os capítulos 2, 3 e 4 constituem a parte mais interessante do livro e parecem corresponder àquilo que o autor domina melhor. No capítulo 2, Lahon recorre aos registos paroquiais para nos informar sobre a história demográfica e a vida quotidiana dos escravos, procurando desse modo dar algum contorno humano à massa anónima que durante três séculos foi passando de África a Portugal.